

70 MIL GANHAM ESTABILIDADE

São funcionários não concursados que têm mais de cinco anos de serviço no governo do Estado. Serão beneficiados pelo "trem da alegria" da Constituinte.

O "trem da alegria", que dá estabilidade aos funcionários da administração direta com mais de cinco anos de serviço, não trará problemas significativos para a racionalização da máquina do Estado de São Paulo. Dos cerca de 560 mil funcionários públicos (entre efetivos e contratados) 140 mil não são concursados e têm menos de cinco anos. Apenas 70 mil estão no serviço público há cinco ou mais anos, e são estes que se enquadram no trem da alegria.

Boa parte desses 70 mil funcionários já tinham o seu emprego relativamente garantido, ou por terem ingressado através do exame de seleção na área de Saúde ou por pertencerem à Educação, exercendo o magistério há anos. Isso significa, segundo Alberto Goldman, secretário especial de Coordenação de Programas de São Paulo, que a estabilidade decretada pela Constituinte "não é um problema maior para o Estado".

Os servidores que serão beneficiados pela estabilidade concentram-se basicamente nas áreas da Saúde e Educação. E Goldman garante que, no caso específico de São Paulo, esses funcionários têm condições de exercer suas profissões. Na área da Saúde, exemplificou, todos passam, antes de serem contratados, por um exame de seleção. Na Educação, os professores dão aulas há muito tempo. "Isso eleva o nível profissional", garante o secretário, explicando que, assim, dificilmente esses funcionários são demitidos, com ou sem a estabilidade.

Para Goldman, o problema de São Paulo, após a aprovação da estabilidade do funcionalismo público, é um dos menores. Não há custos adicionais, portanto, em termos econômicos, nada se modificará. Mas Goldman se preocupa com o nível profissional do funcionalismo, principalmente dos outros Estados, como o Ceará, por exemplo, onde ele diz não existir carreira pública.

"No caso da educação, o professor normalmente é apenas contratado. Isso significa que não há garantia de admissão de profissionais competentes para exercer suas funções. O trem da alegria faz, agora, com que eles alcancem a estabilidade e não garante um bom nível ao funcionalismo público estadual", dia Goldman. Para ele, forçar a realização cada vez maior de concursos seria uma solução viável.

O secretário também esclareceu que estabilização não é a mesma coisa que efetivação. Segundo disse, o funcionário pode ser estável no seu emprego, mas não necessariamente em seu setor. "Existem setores públicos inchados e outros escassos de funcionários. O que acontece é que mesmo com estabilidade eles poderão ser remanejados para setores que realmente precisem de seus trabalhos. Com a efetivação, o remanejamento não poderia ocorrer", disse.

Em São Paulo, a Secretaria de Coordenação está fazendo um diagnóstico sobre a distribuição do funcionalismo público, que deverá ficar pronto no mês que vem. "A partir daí, iremos passar para uma segunda fase, a reforma administrativa", garante Goldman. Isso quer dizer que haverá mudanças de estrutura, o que para Goldman, significará uma modificação no organograma. Demissões, virão, caso sejam realmente necessárias. Mas o secretário garante que "não serão em número significativo. Não é um problema para São Paulo".



Goldman: sem problemas.



João Melão, o candidato do PL.